

INFLUÊNCIAS SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS NO ESTABELECIMENTO DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DE MUNICÍPIOS DO OESTE CATARINENSE

SOCIAL, ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL INFLUENCES ON THE ESTABLISHMENT OF AGRICULTURAL SYSTEMS IN MUNICIPALITIES IN WESTERN SANTA CATARINA

Adriana Calderan Gregolin, FAO, adriana.gregolin@fao.org

Adilçon da Silva, AURORA COOP, adilcon-silva@auroracoop.com.br

Emmanuel Salgado Funes, FAO, emmanuel.salgadofunes@fao.org

GT05. Agricultura familiar e relações de gênero no meio rural.

Resumo

O estudo analisa a evolução dos sistemas agrários na mesorregião oeste do Estado de Santa Catarina, Brasil, com ênfase em dez municípios da microrregião de Chapecó e Xanxerê, onde predomina uma agricultura familiar pujante. Utilizando o conceito de sistema agrário de Mazoyer e uma metodologia baseada em fontes secundárias, observações da paisagem e entrevistas semi-estruturadas, foram identificados cinco sistemas agrários históricos. A pesquisa revela que a transformação do território foi impulsionada pela busca de maior rentabilidade e pela introdução de inovações tecnológicas, modificando significativamente a paisagem rural e urbana nas últimas cinco décadas. A ocupação do território passou por diferentes fases, desde a presença indígena e a colonização oficial até à diversificação contemporânea das atividades agrícolas e não agrícolas. Observa-se uma progressiva mudança no uso do solo, caracterizada pelo avanço da agricultura, da pecuária e das plantações florestais em áreas anteriormente cobertas por vegetação nativa. Estas mudanças estiveram acompanhadas por dinâmicas agroindustriais reconfigurando os meios de subsistência rurais tradicionais. Reconhece-se a necessidade de equilibrar a exploração dos recursos naturais com a sustentabilidade socioeconômica, fornecendo subsídios relevantes para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à conservação ambiental e ao fortalecimento da agricultura familiar. Os resultados contribuem para o debate sobre desenvolvimento rural e gestão territorial, sugerindo abordagens que considerem tanto a viabilidade produtiva da agricultura familiar quanto a preservação ambiental na região estudada.

Palavras-chave: Sistemas agrários; Desenvolvimento rural; Transformações territoriais; Sustentabilidade socioeconômica; Agricultura familiar.

Abstract

The study analyzes the evolution of agricultural systems in the western mesoregion of the State of Santa Catarina, Brazil, with an emphasis on ten municipalities in the microregion of Chapecó and Xanxerê, where thriving family farming predominates. Using Mazoyer's concept of agrarian system and a methodology based on secondary sources, landscape observations and semi-structured interviews, five historical agrarian systems were identified. The research reveals that the transformation of the territory has been driven by the search for greater profitability and the introduction of technological innovations, significantly modifying the rural and urban landscape in the last five decades. The occupation of the territory has gone through different phases, from indigenous presence and official colonization to the contemporary diversification of agricultural and non-agricultural activities. There has been a progressive change in land use, characterized by the advance of agriculture, cattle ranching and forestry plantations in areas previously covered by native vegetation. These changes were accompanied by agro-industrial dynamics that reconfigured traditional rural livelihoods. The need to balance the exploitation of natural resources with socioeconomic sustainability is recognized, offering relevant inputs for the development of public policies aimed at environmental conservation and the strengthening of family agriculture. The findings contribute to the debate on rural development and land management, suggesting approaches that consider both productive viability of family farmers and environmental preservation in the region studied.

Key words: Agrarian systems; Rural development; Territorial transformations; Socio-economic sustainability; Family farming.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina era ocupado por três principais povos indígenas, os Guaranis, Xokleng e Kaingang, do litoral ao oeste catarinense, nesta ordem. Com o início da formação territorial a partir da instalação de capitanias hereditárias houve uma ocupação gradativa, ao longo dos séculos posteriores, pelos chamados vicentistas (século XVII) que formaram os primeiros núcleos populacionais no litoral catarinense. No século XVIII os chamados paulistas avançaram pelo planalto e açorianos e madeirenses instalaram-se no litoral catarinense. Foi no século XIX que os imigrantes europeus espraíram-se pelos vales atlânticos e no século XX as antigas colônias europeias, em particular as do Rio Grande do Sul, ocuparam principalmente o oeste catarinense (Rocha, 2016). Ao longo dos séculos, com as transformações ocorridas no território brasileiro, a partir das capitanias hereditárias e as sesmarias, a divisão político-administrativa do estado de Santa Catarina em municípios ocorreu através de leis que alteraram sua demarcação territorial. Municípios foram desmembrados em outros e ampliou-se gradativamente seu número classificados como micro e pequenos municípios. Dos atuais 295 municípios, que somam uma população de 7.610.361 pessoas (IBGE, 2022), cerca de 36,8% destes possuem menos de 5 mil habitantes (Rocha, 2016).

Segundo relatório da Secretaria de Estado da Defesa Civil de Santa Catarina (2018), em termos de dinâmicas socioeconômicas ao longo da história, o Oeste Catarinense passou por conflitos pela posse da terra, com disputas entre espanhóis e portugueses, brasileiros e argentinos, catarinenses e paranaenses, passando por fases que incluiu a exploração florestal e construção de via férrea; a colonização agropecuária; a policultura mercantil e a pequena indústria transformadora de produtos agropecuários; abertura de frentes pioneiras associadas ao comércio e transportes; e por último uma industrialização monopolista com vocação exportadora de suínos e aves. Em termos de sistemas agrários, seus tipos e características possuem relação direta com o processo histórico de ocupação do Estado catarinense, particularizando a região oeste, objeto deste trabalho. Tomando como referencial teórico o conceito de sistema agrário de Marcel Mazoyer e Lovois (2009, 2018), assim como os insumos técnicos coletados em revisão bibliográfica e entrevistas com informantes chave foi possível elaborar uma aproximação dos tipos de sistemas agrários estabelecidos ao longo da história da ocupação humana no oeste catarinense, particularmente na microrregião de Chapecó e de Xanxerê e de 10 municípios selecionados.

O trabalho está dividido em cinco sessões. A partir da sessão introdutória apresenta-se o marco metodológico, avançando para a terceira sessão de discussão e resultados subdividida nos tópicos zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina e caracterização dos sistemas agrários. Na quarta e quintas sessões estão as considerações finais e referências bibliográficas, respectivamente. Ao longo do trabalho buscou-se colocar em realce informações sobre o grupo de 10 municípios pertencentes à microrregião de Chapecó e de Xanxerê: Quilombo, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, União do Oeste, Coronel Freitas, Marema, Entre Rios e São Domingos, e identificar o processo de mudança vivido a nível econômico, social e agrícola desde a ocupação do território e o avanço da agricultura.

2. REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS E METODOLOGIA

A partir do conceito de sistema agrário de Marcel Mazoyer, tem-se a possibilidade de classificar e caracterizar a agricultura de conjuntos geográficos mais amplos.

“[...] cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado

característico e de um sistema social produtivo definido, permitindo explorar duradouramente a fertilidade do ecossistema cultivado correspondente. [...] o conceito de sistema agrário é um instrumento intelectual que nos permite apreender a complexidade de toda forma de agricultura real através da análise metódica da sua organização e do seu funcionamento” (Mazoyer; Roudart, 1997/1998, p. 43, *apud* Ribeiro 2014, p. 88).

A disposição geográfica das unidades de produção familiar, em sua diversidade, pode conformar diferentes tipos de sistemas agrários (Cochet, 2016) com seus sistemas de produção. Para a autora Wives (2013) o sistema de produção existente dentro de uma unidade é conformado a partir de fatores técnicos e econômicos sofrendo influência, ademais, de “inter-relações e dependências entre sociedade (local) e o sistema desenvolvido dentro das unidades de produção”, em uma relação com o ambiente externo ao sistema (p. 28). Conceitualmente, o sistema de produção pode ser definido como:

“(...) un conjunto de explotaciones que poseen la misma gama de recursos (misma gama de superficie, mismo nivel de equipamiento, mismo tamaño del equipo de trabajo), situadas en condiciones socioeconómicas equiparables, y que practican una misma combinación de producciones. Se trata, en suma, de un conjunto de explotaciones que pueden representarse por un mismo modelo” (Cochet y Devienne, 2006 *apud* Cochet, 2016).

Para Ribeiro (2014) *apud* Cochet (2012) reforça que compreender os sistemas agrários é um percurso de caráter holístico que incorpora as mudanças nos aspectos históricos e características geográficas das agriculturas existentes que repercutem em seus processos produtivos. Alinhado a esta perspectiva se estabelecem cenários geográficos, produtivos e humanos resultado das relações estabelecidas por diferentes agentes sociais com a natureza, desdobrando-se em diferentes sistemas produtivos que vão além da agricultura.

Miguel (2018) afirma que a evolução e a diferenciação de sistemas agrários quando mostradas e analisadas podem proporcionar uma compreensão de uma realidade agrária complexa, ademais de uma “estreita vinculação desse processo histórico com as condições sociais e materiais das sociedades a eles vinculadas” (p. 8). Ainda este mesmo autor, fazendo referência ao estudo da evolução dos sistemas agrários no estado do Rio Grande do Sul, registra que estes diferenciaram-se acentuadamente em função das características de cada região e do tipo de vegetação existente no momento da ocupação do espaço agrário. O autor propôs uma divisão da evolução em duas linhas: “campos”, influenciada pela existência de uma vegetação natural herbácea/arbustiva que deu origem a sistemas agrários baseados na criação bovina/ovina extensiva e, mais recentemente, na lavoura de arroz irrigado”; e uma segunda linha evolutiva influenciada “pela existência de uma vegetação arbórea (“floresta”) que deu origem a sistemas agrários baseados em atividades de lavoura e de criação de animais de pequeno porte” (p. 9). Esta divisão evolutiva do espaço agrário performa-se em outros estados do Brasil, como é o caso de Santa Catarina.

Como ponto de partida deste estudo tomou-se como referência a disposição geográfica de 10 municípios, com nove destes fazendo divisa administrativa com o município de Quilombo. Primeiramente foram levantadas informações secundárias sobre o Estado de Santa Catarina, em particular a mesorregião oeste, microrregião de Chapecó e microrregião de Xanxerê, onde estão localizados os 10 municípios selecionados como referentes. Os insumos incluíram registros históricos, relatórios municipais e estaduais, estudos acadêmicos e de institutos de pesquisa e extensão rural, dissertações e teses elaboradas sobre a região na perspectiva de paisagem geográfica, ocupação humana, desenvolvimento socioeconômico. Foi adotado como referência o “Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico de Santa Catarina - ZEA-SC” (Thomé *et al.* 1999).

Foram realizadas três entrevistas qualitativas semiestruturadas, com agricultores que chegaram na década de 40 e 50 do século XX no município de Jardinópolis e conversas com antigos moradores de Quilombo, que corroboraram dados, histórias, e detalharam alguns processos mencionados na literatura. Buscou-se experienciar uma abordagem etnográfica a partir do trabalho realizado por Ribeiro (2014) que permitiu registrar, a partir da voz dos entrevistados, informações sobre as alterações identificadas ao longo dos anos, em termos ambientais, sociais e econômicos, que influenciaram e foram influenciados pelas mudanças ocorridas nos sistemas agrários desta região. Tomou-se também como referência a definição de zonas agroecológicas, a partir da publicação do CIRAM/EPAGRI Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico de Santa Catarina (ZEA-SC) “(...) aquelas que possuem combinações similares de clima e solo e o mesmo potencial biofísico para a produção agrícola, resultando metodologicamente em zonas chamadas de Grandes Unidades de Paisagem – GAU”. Nesta linha metodológica Thomé *et al.* (1999) definiu 11 GAU identificadas “com nomes já consagrados que expressam o ambiente” (p. 46). O alcance desta análise corresponde a GAU Vale do Uruguai cujos 9 dos 10 municípios que conformam o locus do estudo pertencem ao mesmo e somente São Domingos pertence ao GAU Noroeste Catarinense. Também buscando contemplar a perspectiva da observação participativa foram registrados *in loco* características da paisagem atual.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da definição do espaço geográfico de estudo e as percepções acerca da paisagem encontrada atualmente, buscou-se descrever as características fundamentais de variáveis: como divisão política e populacional, hidrografia, relevo, geomorfologia e solos e ocupação socioeconômica da região de abrangência dos 10 municípios selecionados. Estas particularidades geográficas e sociais resultaram e são resultados dos diferentes sistemas agrários estabelecidos ao longo da história no oeste de Santa Catarina, com suas microrregiões (Thomé *et al.* 1999).

Zoneamento agroecológico e socioeconômico do Estado de Santa Catarina: oeste catarinense

Divisão política e economia

O Estado de Santa Catarina, pertencente à região Sul do Brasil, faz limite ao norte com o Estado do Paraná, ao sul com o Estado do Rio Grande do Sul, a leste com o oceano Atlântico e a oeste com a República Argentina. Com 95.737,895 km² e seus 295 municípios, possui uma população atual estimada de 8.058.441, ocupando 1,12% da área territorial brasileira e 16,60% da área total da Região Sul (Rocha, 2019; IBGE, 2024). O Estado conforma-se por seis mesorregiões (Figura 1), sendo a Oeste Catarinense a maior em tamanho e quantidade de municípios. Nos 31.735 km² do planalto leste (onde estão instalados latifúndios) existe uma rede de 42 municípios e nos 27.312 km² do planalto oeste, uma rede de 118 municípios, retratando distintas formas de desenvolvimento econômico e ocupação do espaço ao longo da história – latifúndio e pequena produção mercantil (IBGE, 2016). A mesorregião oeste abriga seis microrregiões (Figura 2): São Miguel do Oeste com 21 municípios, Chapecó com 38, Xanxerê com 17, Concórdia com 15 e Joaçaba com 27 (Bignini & Almeida, 2016).

De acordo com o Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico do Estado de Santa Catarina (ZAE-SC), elaborado por CIRAM/EPAGRI, 49 municípios dos 118 pertencem à Grande Unidade de Paisagem (GAU) do Vale do Rio Uruguai, sendo que nove dos 10 municípios que conformam a área geográfica selecionada para este estudo pertencem à “Zona Agroecológica 2C Vale do Uruguai”. Do grupo de municípios selecionados, somente o município de São Domingos pertence à Zona Agroecológica 3C do Noroeste Catarinense (Figura 4).

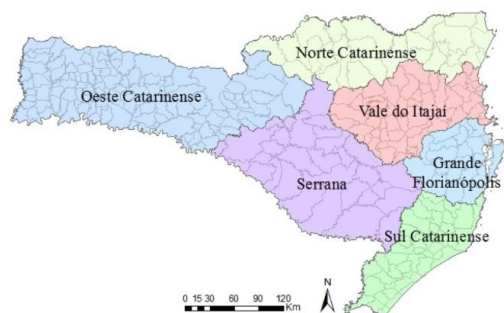


Figura 1: Mesorregiões de Santa Catarina (Craice & Pezzo, 2015).



Figura 2: A mesorregião Oeste Catarinense e as suas cinco microrregiões (Bignini & Almeida, 2016).

O estado de Santa Catarina registrou, em 2021, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 428,6 bilhões e a terceira posição no Brasil em termos de PIB per capita (que relaciona a riqueza de um país com o tamanho de sua população), alcançando um montante de R\$ 58.400,55, terceiro maior dos estados brasileiros (Economia SC, 2023). Alinhado aos resultados do estado, seus municípios, mesmo aqueles localizados em microrregiões como de Chapecó e Xanxerê apresentaram PIB per capita satisfatórios, com poucas exceções. Na figura 3 apresenta-se a área geográfica de Brasil, Estado, região oeste catarinense e os 10 municípios selecionados, pertencentes à microrregião de Chapecó e de Xanxerê.



Fonte : Mapa do Estado de Santa Catarina e Município de Quilombo: Atlas de Santa Catarina, Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento, Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatístico. Mapa do Brasil: (NENTWIG SILVA, 2000).

Figura 3: Municípios locus do estudo (Pértile, 2021, p. 25).

No Quadro 1 são registradas características relacionadas ao grupo de municípios selecionados para estudo, conforme descrito no item da metodologia. Sete destes, pertencem à microrregião de Chapecó, e três (Marema, Entre Rios e São Domingos) pertencem à microrregião de Xanxerê, ambos da mesorregião oeste catarinense. Pode ser observado que destaca-se positivamente o PIB per capita dos município de Quilombo na microrregião de Chapecó e de Marema e São Domingos na microrregião de Xanxerê.

Informações/Municípios selecionados da Microrregião de Xanxerê e Chapecó no oeste catarinense									
Microrregião Xanxerê			Microrregião Chapecó						
Marema	Entre Rios	São Domingos	Quilombo	Santiago do Sul	Formosa do Sul	Irati	Jardinópolis	União do Oeste	Coronel Freitas
Data Fundação: 11/06/1988	Data Fundação: 19/07/1995	Data Fundação: 07/04/1963	Data Fundação: 06/10/1961	Data Fundação: 16/04/1994	Data Fundação: 09/01/1992	Data Fundação: 09/01/1992	Data Fundação: 20/03/1992	Data Fundação: 04/01/1988	Data Fundação: 06/10/1961
Área (Km2): 104,184	Área (Km2): 103,888	Área (Km2): 376,525	Área (Km2): 278,983	Área (Km2): 73,335	Área (Km2): 100,408	Área (Km2): 77,912	Área (Km2): 68,499	Área (Km2): 92,857	Área (Km2): 233,698
Habitantes: 1750 (IBGE/2019)	Habitantes: 3402 (IBGE/2019)	Habitantes: 9434 (IBGE/2019)	Habitantes: 11.022 (IBGE/2022)	Habitantes: 1.651 (IBGE/2023)	Habitantes: 2682 (IBGE/2022)	Habitantes: 1887 (IBGE/2021)	Habitantes: 1.776 IBGE 2022	Habitantes: 2.774 (IBGE/2022)	Habitantes: 10.338 (IBGE/2022)
Eleitores: 1882 (TSE/2019)	Eleitores: 2868 (TSE/2019)	Eleitores: 7038 (TSE/2019)	Eleitores: 8.280 (TSE/2023)	Eleitores: 1407 (TSE/2019)	Eleitores: 2308 (TSE/2019)	Eleitores: 2047 (TSE/2022)	Eleitores: 1573 (TSE/2019)	Eleitores: 2467 (TSE/2019)	Eleitores: 8021 (TSE/2019)
PIB per capita: R\$ 57.602,29 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 18.989,84 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 47.756,65 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 47.332,67 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 40.030,46 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 31.692,37 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 30.001,45 (IBGE, 2021)	PIB per capita: R\$ 44.286,54 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 36.007,99 (IBGE/2021)	PIB per capita: R\$ 38.539,31 (IBGE/2021)

Fonte: Página das Prefeituras Municipais (IBGE, 2024). Elaboração própria.

Quadro 1: Características do grupo de municípios da microrregião Chapecó e Xanxerê, mesorregião oeste de Santa Catarina.

Relevo, geomorfologia e solos

O embasamento geológico de Santa Catarina remonta entre 2,7 e 2,0 bilhões de anos (período Arqueano e Paleo-proterozoico) quando se formaram as primeiras rochas cristalinas e as primeiras frações de terras. No oeste catarinense predomina a Unidade Planalto Dissecado Rio Iguaçu/Rio Uruguai, com blocos de relevo isolados da Unidade Planalto dos Campos Gerais, e caracteriza-se por apresentar relevo muito dissecado com vales profundos e encostas em patamares, com 20% do mesmo classificado como ondulado e suavemente ondulado, em sua maioria íngreme (Thomé *et al.* 1999; Pértile, 2021), e solos rasos e pedregosos (Welter, 2006). Altimetricamente, as cotas ultrapassam 1.000m na borda leste, caindo até cerca de 300m gradativamente para oeste e noroeste, em direção ao eixo central da Bacia do Paraná. Geomorfologicamente a unidade Planalto dos Campos Gerais possui relevo pouco dissecado a planar, recoberto por formações superficiais de um material argilo-siltoso, permitindo a instalação de uma agricultura mecanizada nestas áreas (Thomé *et al.* 1999).

A zona agroecológica 2C “Vale do Rio Uruguai” (Figura 4) está localizada dentro da Formação Serra Geral, pertencente ao grupo geológico denominado São Bento, constituída basicamente por rochas vulcânicas oriundas do vulcanismo basáltico que alcançou a superfície através de fendas existentes na crosta durante o período Juro-Cretáceo” (Thomé *et al.* 1999, p. 180).

A sequência vulcânica inclui ainda rochas de composição ácida (dacitos, riodacitos e riolitos), que originam solos ácidos e com baixa fertilidade e aparecem somente no município de Chapecó.

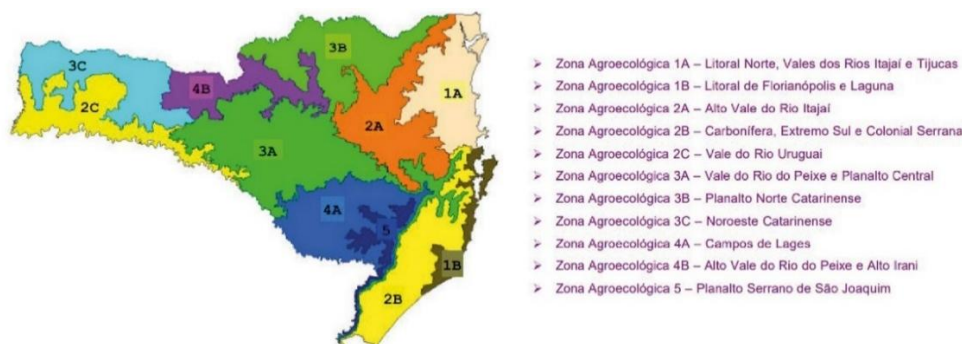


Figura 4: Distribuição das 11 Grandes Unidades de Paisagem (GUPs) estabelecidas como 11 Sub-regiões agroecológicas de Santa Catarina (Thomé *et al.* 1999, p. 1).

Dos nove municípios que circundam o município de Quilombo, incluído este, todos pertencem à Unidade Planalto Dissecado do Rio Uruguai (Rios Canoas, do Peixe, Irani, Chapecó, Jacutinga e Peperi-Guaçu), à Zona Agroecológica 2C “Vale do Uruguai”, com solos formados a partir de basalto e o relevo acidentado, com altitude média de 430m. Nestes municípios aparecem os cambisolos húmicos ou cambisolos háplicos. Somente o município de São Domingos pertence à Unidade do Noroeste Catarinense Zona Agroecológica 3C. Nesta região a temperatura pode chegar a 40 graus celsius no verão e abaixo de 14°. no inverno (Rocha, 2019, p. 106).

O desenvolvimento socioeconômico do oeste do Estado transformou a fisionomia de seus geossistemas, demonstrando, apesar de seu grande desenvolvimento, uma condição de desequilíbrio muito acentuada. Ecossistemas artificiais substituíram os ecossistemas naturais (Atlas Cartográfico de SC, 2016). O Instituto CEPA/SC, a partir de dados do IBGE (1991, 1992), registrou que a área territorial da Zona Agroecológica do Vale do Rio Uruguai é de 8.010,10 Km², com uma população total estimada em 376.636 habitantes, com 148.503 em áreas urbanas e 20.786 na área rural. Dos 42.069 estabelecimentos rurais (ano 1985) desta zona agroecológica, 33.488 concentravam-se em propriedades com área entre 5 e 10 hectares (9.964); 10 a 20 hectares (14.762) e entre 20 e 50 hectares (8.762). O mesmo instituto registra que 32.727 eram proprietários, 3.265 estavam na condição de arrendatários, 3.604 ocupantes.

Bioma, vegetação, hidrografia

O Estado de Santa Catarina tem como vegetação característica espécies do Bioma Mata Atlântica, possuindo em torno de 20.000 espécies vegetais, das quais 8.000 são endêmicas (Giulietti, *et al*, 2007 *apud* Moretto, 2017). Entre as variações deste bioma estão a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidua (FED), que predominava como cobertura vegetal original (mata caducifólia) do oeste catarinense antes de seu massivo desmatamento (Figura 5). Atualmente é ocupada quase que em sua totalidade pela agricultura com culturas cíclicas (Moretto, 2017, Thomé *et al*. 1999). Não diferentemente do ocorrido em outras mesorregiões catarinenses, assim como em outros estados brasileiros, o Oeste Catarinense passou por um intenso e histórico processo de desmatamento e retirada das madeiras de leis, sendo sua vegetação nativa substituída por cultivos, pastagens e áreas de reflorestamento.

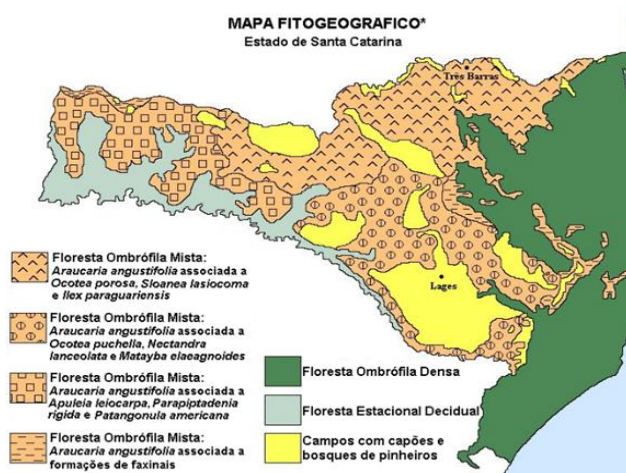
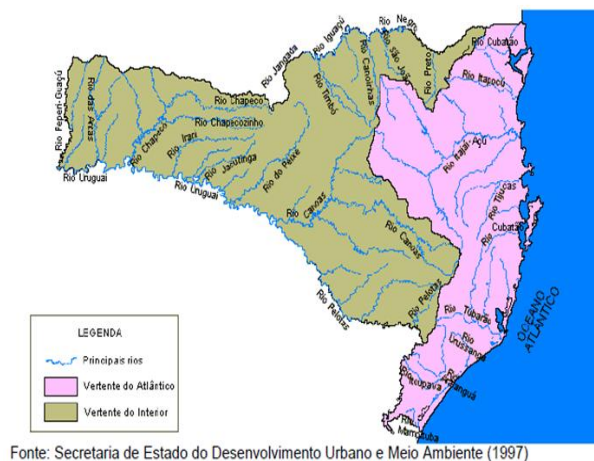


Figura 5: Distribuição dos diferentes tipos fitogeográficos do Estado de Santa Catarina. Fonte: KLEIN (1978) Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, *apud* Moretto, 2017, p. 109.

Foto 1: Paisagem de campo extensivo para criação de gado de corte, Formosa do Sul-SC. Fonte: foto tirada pelos autores (2024).

Como exemplo, em Quilombo-SC, anteriormente à chegada dos colonos, em 1940, parte da madeira da mata nativa foi retirada e aproveitada economicamente. As chamadas "madeiras de lei", que se encontravam nas proximidades dos maiores rios como o Rio Chapecó, eram extraídas para comercialização (Pertile, 2021).

Em termos hidrográficos Welter (2006) registra que a bacia hidrográfica de Santa Catarina é composta pelos sistemas de drenagem: sistema integrado da Vertente do Interior comandada pela Bacia do Paraná-Uruguai e o sistema da Vertente Atlântico. O oeste catarinense recebe o sistema integrado da Vertente do Interior e em particular a área de estudo beneficia-se do rio Chapecó e Rio Chapecózinho (Figura 6).



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (1997).



Foto 2: Rio Chapecó, vista no município de Marema-SC (foto tirada pelos autores, 2024).

Figura 6: Hidrografia do Estado de SC (Welter, 2006)

Ocupação humana e colonização em Santa Catarina, Mesorregião Oeste Catarinense, microrregião de Chapecó e de Xanxerê.

A colonização em Santa Catarina se deu de forma tardia, em particular nas terras mais ao oeste do estado, assemelhando-se aos demais estados da região sul (Rocha, 2019). O litoral catarinense, terras dos indígenas Carijós, apesar de ter sido visitado pela primeira vez em 1515, pelo navegador português Juan Dias Solis, só começou a ser povoada em 1637 com a chegada dos bandeirantes. Os primeiros imigrantes, principalmente alemães e italianos aportaram nestas terras em 1829, instalando diversas colônias (IBGE, 2024) e avançando ao interior do estado ao longo dos séculos XIX e XX.

A população indígena Guarani (Carijós), Xokleng e Kaingang (“povo do mato”), eram os primeiros ocupantes das terras catarinenses (nesta mesma ordem, do litoral ao extremo oeste catarinense), porém não foram incluídos no processo formal de ocupação das áreas¹, sendo estes registros históricos limitados² (Santos, 2004). Nas primeiras décadas do século XIX as populações locais eram os chamados posseiros, povos indígenas antigos, refugiados de guerras, peões de empresas exploradoras de madeira, bandeirantes e comitivas (Moretto, 2017). Os

¹ O documento transcrição paleográfica (2018): “A presença Indígena na Província/Estado de Santa Catarina nos anos de 1842 a 1907” confirmou que, até o ano de 1850 o único mecanismo para a aquisição e domínio da terra era a posse, refletindo uma dinâmica presente em todo o território nacional.

2 “Os jornais em Santa Catarina se estabelecem tardiamente em relação a outras Províncias, como no caso de São Paulo que funda seu primeiro jornal impresso em 1829. Aqui, a imprensa tem no jornal O Catharina seu primeiro expoente. Ele, que data de 1831, tem existência curtíssima. Somente após a segunda metade do século XIX os jornais tomam fôlego. Em fins do século XIX e início do século XX surge uma variedade e quantidade de jornais tanto em Desterro/Florianópolis como nas colônias alemãs de Blumenau e Joinville (ALVES, 2000, p. 23).

caboclos³ dedicavam-se à agricultura, criação e extrativismo, como posseiros, agregados ou peões (Brandt, Nodari, 2001, *apud* Moretto, 2017). Ainda que o foco deste estudo está na microrregião de Chapecó e de Xanxerê, as sesmarias, definido por suas particularidades como sistema agrário sesmeiro, ocorreu em nas áreas de campo do planalto catarinense. A escravidão, nestas áreas, teve menor importância, apesar de também ter ocorrido. Foi registrado por Wollf & Schimitz (2018); Souza *et al.* 2021), que a Lei de Terras de 1850 forneceu:

“(...) novos contornos à ocupação da terra no Brasil. “(...) decorrente desta política, a população indígena que ocupava tradicionalmente estes espaços eram vistos e tratados como empecilho ao avanço da colonização em território nacional (Wollf & Schimitz, 2018, p.6). Num período de instalação da República e amparado por esta lei, o Governo do Paraná criou a reserva Terra Indígena Xaçupé em 1902 (abrange municípios catarinenses de Ipuçu e Entre Rios). Fazendo referência à campanha de conquista da região oeste de Santa Catarina os autores Souza *et al.* (2021) registram que a política destinada aos indígenas sobreviventes (resultado do enfrentamento entre tribos Kaingang e Xokleng⁴, e “desbravadores”), foi de confinamento desta população em espaços limitados e submissão a um regime de tutela” (p. 228).

Um marco no processo de colonização do Oeste Catarinense foi a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, iniciada no ano de 1889, superando a imagem de uma região coadjuvante economicamente por seu isolamento geográfico. Na região não existiam estradas que a conectassem aos centros mais populosos, mas apenas os caminhos abertos pelos tropeiros (Pereira; Freddo, 2007, *apud* Santos 2019). Esta obra mobilizou entre 4.000 e 10.000 trabalhadores, oriundos de outros estados brasileiros que ao concluir a obra foram demitidos e deixados à própria sorte, vivendo ao longo dos trilhos recém-construídos na região e transformam-se em posseiros⁵ (Silva *et al.* 2023).

Por volta de 1911 a empresa *Brazil Railway Company*, que recebeu terras do governo central como pagamento pela construção da ferrovia, iniciou um processo de expulsão violenta destes posseiros, assim como de outros que viviam como agregados ou peões nas grandes propriedades da região. Iniciava-se a venda dos lotes no processo de colonização incentivado pelo governo nacional (Silva *et al.* 2003). Neste contexto de disputas territoriais deu-se a Guerra do Contestado (1912-1916)⁶ e com seu fim definiram-se os limites territoriais entre os Estados do

³ Brandt & campos (2014) definem os caboclos do Planalto catarinense com “uma população fortemente miscigenada (índio, negro e branco de origem ibérica)” que “possuía inúmeras práticas sociais com uma forte presença do coletivo em relação ao individual” (p.3). Por outro lado, ao mesmo tempo que os caboclos dizem de sua relação com os povos indígenas, eles não se dizem indígenas, mas caboclos, porque não se veem como tal, tampouco como europeus ou africanos. O reconhecimento enquanto caboclo vem do seu modo de vida, vem da forma como se relacionam entre si. Está no jeito de plantar, de colher, de se alimentar, de crer e construir suas moradias. Ainda, são caboclos porque se reconhecem como tal e fazem desse reconhecimento a sua condição de existir social e culturalmente no ambiente em que vivem (Souza *et al.* 2020).

⁴ “Na entrada em Palmas, os paulistas utilizaram da estratégia de dividir para governar. Jogaram uma fração Indígena contra outra. Uma fração aliciada, a dos Índios Catequizados, estimulando o confronto da população Indígena entre si, ou seja, os mansos versus os arredios, e coroados (Kaingang) versus Xoklengs (Botocudos). Como resultado ocorreu a expropriação das terras indígenas e parte da população foi dizimada. Os sobreviventes foram chamados à catequese (Nacke, 2007, p. 20 *apud* Souza *et al.* 2021, p. 228).

⁵ A intenção com a ferrovia era acelerar o povoamento da área, abastecer os núcleos urbanos da região cafeeira do país de produtos agropecuários; exportar erva-mate para os países do Prata e ter condições de, eventualmente, transportar tropas.

⁶ A Guerra do Contestado, está entre o conjunto de conflitos que se agravaram no Brasil ao longo dos séculos como uma insurreição fortemente marcada por motivações sociais, políticas, econômicas e religiosas “Cabe destacar que a guerra sertaneja do Contestado, não envolveu apenas questões de limites entre Paraná e Santa Catarina, mas, principalmente, a derrubada das matas, a concessão e comercialização de terras e a consequente expropriação da população cabocla, também acrescida por migrantes nacionais e estrangeiros, trabalhadores da ferrovia (Atlas Cartográfico de SC/Fascículo 3, p. 15).

Paraná e de Santa Catarina e intensifica-se o processo de colonização sob os auspícios do governo do estado, através de empresas colonizadoras. Os primeiros colonos que adquiriram as terras eram imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e foram instalados ao longo do rio do Peixe, formando núcleos coloniais. Onde localizam-se o grupo de municípios estudados o processo formal de colonização iniciou-se a partir de 1906 no município de São Domingos.

Esse processo na microrregião oeste de Chapecó e de Xanxerê ocorreu em paralelo a eventos geograficamente mais abrangentes. Em 1926 a companhia *Brazil Railway Company* estabeleceu novo acordo com o governo catarinense, passando a dominar grandes áreas do extremo-oeste catarinense e estrategicamente, a empresa repassou estas em concessões a outras empresas colonizadoras estruturadas no Rio Grande do Sul, que rapidamente iniciaram a divulgação e venda de áreas em lotes de 25 hectares⁷ (Silva *et al.* 2003, p. 16). Até a década de 1970 foram em torno de 250.000 gaúchos descendentes de europeus que viviam nas colônias sul-rio-grandenses que passaram a ocupar as terras do oeste catarinense (Radin & da Silva, 2018), modificando radicalmente o ambiente, seja pelo extrativismo da madeira, seja pela expansão da agricultura.

A ideia de autoridades e opinião pública era transformar a região em um vasto “celeiro”⁸, com a lógica de reduzir florestas e aumentar as áreas de cultivo (Radin & da Silva, 2018, p. 682; Moretto, 2017). Esta região era considerada “território vazio” ou “não produtivo”, ainda que no mesmo se encontravam populações indígenas e caboclas, com seus modos de vida estabelecidos. Um contingente expressivo desta população foi expulsa ou deslocada à força para outras áreas mais distantes, assim como os indígenas foram exterminados ou deslocados. Posteriormente, muitos passaram a trabalhar como “mão-de-obra nas atividades madeireiras” (Moretto, 2017, p.112).

A formação socioeconômica desta mesorregião sofreu influência direta dos colonos que estavam estabelecidos principalmente em relevos mais acentuados no Rio Grande do Sul, que buscavam novas terras para novas oportunidades de meios de vida⁹. Em termos de sistemas produtivos, para aqueles que já estavam vivendo na região a produção era para a subsistência. Para os que chegavam, ademais da subsistência, era a venda do excedente (Tardetti *et al.* 2022). Já na segunda metade do século XX surgem novas atividades agrícolas em consequência da diminuição da matéria prima (mata), as legislações restritivas ao desmatamento e a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970, que passou a ordenar o tema fundiário. Os autores Radin e Silva (2018), *apud* Andrioli & Brant (2022) registram como se criou uma certa elite agrária-agropecuária, que continuou se deslocando a partir das gerações subsequentes para outras partes do Brasil¹⁰ e da América do Sul. O processo histórico de ocupação das áreas acompanhado de interesses políticos e econômicos conformaram

⁷ “Na segunda metade do século XIX – enquanto eram fundadas as colônias alemãs e italianas nos vales atlânticos e encostas catarinenses, com base na pequena produção mercantil –, no planalto, majoritariamente, a terra continuava sendo ainda apropriada por latifúndios, na forma de domínio feudal e de pequena produção posseira cabocla. Mesmo assim já se apresentam indícios de que as áreas florestadas do planalto, próximas a vales das vertentes do interior, iriam abrigar colônias de pequeno-produtores.” (Atlas Cartográfico de SC/Fascículo 3, p. 16).

⁸ Em 1929, o governador de Santa Catarina, Adolfo Konder, empreendeu uma viagem à região oeste confirmando que o domínio efetivar-se-ia por meio do avanço da colonização. “Aos colonizadores, de forma explícita ou velada, atribuía-se a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico em que a região se apresentava” (Radin; Silva, 2018, p.695).

⁹ Com o passar dos anos, os filhos dos colonos europeus que haviam se estabelecido em terras riograndenses si viram “obrigados” a migrar para outros estados em busca de terras para cultivo e/ou alternativas de renda (Pétille, 2021).

¹⁰ Na década de 1980, inúmeras famílias se aventuraram para novas fronteiras agrícolas, buscando novas oportunidades de ingressos e meios de vida. Um exemplo foi aquelas famílias que deslocaram-se para terras de Rondônia e Mato Grosso.

sistemas produtivos¹¹ e foram sendo estabelecidos sistemas agrários que “evoluíram” e diferenciaram-se aos longos dos anos e conformaram novas e desafiadoras perspectivas para a mesorregião oeste catarinense.

Caracterização dos Sistemas Agrários a partir dos sistemas de produção.

Caracteristicamente a mesorregião oeste catarinense teve seu desenvolvimento relacionado ao setor primário, particularmente o agropecuário, com predomínio das pequenas unidades familiares de produção agrícola diversificada. De forma a estudar o grupo de 10 municípios pertencentes à microrregião de Chapecó e de Xanxerê, foram levantadas informações diversas na paisagem regional em consequência e ao mesmo tempo sofrendo influência dos sistemas agrários estabelecidos ao longo da história, onde sua evolução e características estiveram relacionados aos sistemas produtivos inseridos em esta paisagem. Estes sistemas agrários foram conformados em função da população presente nestes espaços e dos elementos paisagísticos, ademais da intervenção humana sofrida ao longo da história. Buscou-se identificar os sistemas agrários na região oeste catarinense, incluindo um recorte para o grupo de municípios: três localizados na microrregião de Xanxerê (Marema, Entre Rios e São Domingos) e sete na microrregião de Chapecó. A partir do levantamento de informações foi proposto cinco sistemas agrários, particularizando para municípios da microrregião de Chapecó e de Xanxerê, e um recorte para o grupo de 10 municípios selecionados, conforme apresentado no Quadro 2¹² “Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários na Mesorregião Oeste catarinense, Microrregião de Chapecó e Xanxerê, e municípios de Quilombo, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, União do Oeste, Coronel Freitas, Marema, Entre Rios e São Domingos”.

O **sistema agrário indígena** conforma-se a partir dos povos Jê (Kaingang e Xokleng) que podem ter sido predecessores dos Guarani, havendo colonizado praticamente todos os ambientes do território onde hoje situa-se o oeste catarinense a partir de 3.000 anos atrás (Lino & da Silva, 2013). A última ocupação pré-colonial da região Sul é atribuída aos grupos indígenas Guarani. Ela é bem estabelecida nas bacias do Paranapanema, do Paraná, do Uruguai e do Jacuá ao redor de 2.000-1500 AP. Como agricultores, os vestígios arqueológicos de suas ocupações remetem a artefatos utilizados para o cultivo, à caça e outras utilidades domésticas. Entre eles destaca-se a cerâmica, abundante e variada em acabamento, tamanho e uso (Schmitz, 2013 *apud* Rodriguez da Silva, 2017).

O **sistema agrário sesmeiro** predominou na região de planalto da mesorregião oeste catarinense, em áreas de campos, onde fazendeiros criavam gado, muares, e implementavam práticas ligadas à exploração de recursos naturais em campos e florestas, comercializado com tropeiros. Ademais havia a presença de pequenos produtores, sitiantes: ex-peões, agregados, escravos fugitivos, negros libertos que trabalhavam na base da troca, nas vilas e cidades próximas (Machado, 2001 *apud* Brandt & Campos, 2014). Importante mencionar que no tempo e no espaço houve sobreposição e concomitância de sistemas agrários como o caso do sistema agrário sesmeiro e sistema agrário caboclo que estiveram presentes entre os anos 1800-1850.

¹¹ A historiadora Nodari (2012) *apud* Radin & da Silva (2018) destaca que o processo de migração ao oeste catarinense provocou mudanças, tanto “[...] nos grupos humanos já estabelecidos, como também acarretou alterações na flora e na fauna da região [...]” (p. 224). Por meio da ação humana, com o uso de diferentes tecnologias, passando pela utilização do machado, do fogo e do motosserra.

¹² Utilizou-se como referência o elaborado por Ribeiro (2014) com o intuito de sistematizar informações em termos de etnia/população habitante, estrutura fundiária, mão-de-obra, atividades produtivas, técnicas e ferramentas, fatores de transição, e fatores culturais em relação à natureza e tecnologias.

Caracteristicamente o **sistema agrário caboclo** praticava uma agricultura de subsistência, complementada pela pesca, caça e o extrativismo que ocupava grande importância nessa economia (Maestri, 2002, p. 149-176 *apud* Vicenci, 2006). “Coletando frutas, caçando, pescando, extraindo erva-mate nela disseminada, criando porcos selvagens – engordados pelos pinhões – e cultivando, de forma seminômade, em clareiras abertas a machado e fogo, os posseiros iam reproduzindo a pequena produção cabocla. Na guerra do Contestado foram estes caboclos, os camponeses revoltosos, que lutaram bravamente por suas posses, até a morte ou expropriação” (Atlas Geográfico de SC, 2019). Os caboclos viviam em casebres provisórios de tábuas lascadas e chão batido e plantavam arroz, feijão e milho, em roças de subsistência. A visão das empresas colonizadoras era de que os caboclos eram intrusos, relacionados ao atraso; enquanto os colonos migrantes eram homens trabalhadores. Suas técnicas e ferramentas eram de baixo impacto ambiental e caracteristicamente a “roça cabocla” dividia-se em “terras de criar” e “terras de plantar”, com roças na floresta, adotando a rotação de terras e prática indígena da coivara, cercando as terras com toras de árvores ou tábuas lascadas para evitar a invasão dos animais. Plantavam milho e feijão, além de abóbora, melancia e a batata-doce (Renk, 1997 *apud* Brandt & Campos, 2014; Brandt & campos, 2014, p. 4). As técnicas de produção da população “nativa” residente, eram consideradas “arcaicas”, no entanto foram as mesmas utilizadas pelos colonos, assim como seus braços agrícolas e sua força de trabalho foram utilizadas na abertura das áreas vendidas pelas empresas colonizadoras. (Radin & da Silva, 2018). Embora a quase totalidade das terras já fosse alvo da apropriação privada por companhias colonizadoras, nos interstícios das linhas e núcleos coloniais, ainda dominados por vastas extensões de floresta, residiam diversas famílias caboclas, que viviam da agricultura para consumo próprio e atividades como a extração da erva-mate, cuja produção era escoada para a Argentina, e a criação de porcos soltos na floresta, para o comércio local e consumo próprio. Moradores estes que, para Waibel (1955, p. 5), “criaram uma paisagem que por longo tempo não era, nem terra civilizada nem mata virgem, e para o qual aqui se tem a expressão muito feliz de ‘sertão’” (Brant & Moretto, 2023).

O **sistema agrário colonial** teve início na mesorregião oeste catarinense a partir de 1850 quando inicia-se um processo orquestrado pelo governo estadual para ocupar geográfica e economicamente esta região em disputa com a província do Paraná. O entendimento era de que a natureza deveria estar a serviço do colonizador. O ‘trabalho civilizado’ encarregar-se-ia de transformar a floresta em espaços de produção. A derrubada da floresta e a transformação em lavoura eram tidas como necessidade e orgulho pelos colonos. Nas palavras de Nodari (2009), os colonos oriundos do Rio Grande do Sul faziam parte de uma política estatal que colocou “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias” (p.34). O próprio governo, liderado por Konder tinha como visão, de forma explícita ou velada, que aos colonizadores “atribuía-se a missão de civilizar aquele meio hostil e caótico em que a região se apresentava (Radin, 2018).



Figura 7: Foto ilustrativa do sistema de produção empreendido pelos colonos nas novas áreas.

Resumo da evolução e diferenciação dos sistemas agrários no oeste catarinense (Mesorregião Oeste) /Municípios selecionados da Microrregião de Chapecó e de Xanxerê								
Período Variável		Sistema Agrário Indígena	Sistema Agrário Sesmeiro	Sistema Agrário Caboclo	Sistema Agrário Colonial		Sistema Agrário contemporâneo	
		3.000 AP - 1800	1800-1850		1850-1980	1906-1980	1980-dias atuais	
		Microrregião Chapecó e Xanxerê- oeste catarinense	Planalto- oeste catarinense	Microrregião Chapecó e Xanxerê- oeste catarinense	Mesorregião- oeste catarinense	Municípios: Quilombo, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, União do Oeste, Coronel Freitas, Marema, Entre Rios e São Domingos.	Oeste catarinense	Microrregião Chapecó e Xanxerê - oeste catarinense
Etnia/População habitante		Kaingang - "Povo do Mato", Guaranis, Xokleng (planalto da microrregião).	Fazendeiros, pequenos produtores, sítiantes: ex-peões, agregados, escravos fugitivos, negros libertos.	Posseiros, povos indígenas antigos, refugiados de guerras, peões de empresas exploradoras de madeira, bandeirantes e comitivas.	Posseiros, famílias agricultoras migrantes do Rio Grande do Sul; agregados, peões; algumas famílias da elite-agrária.	Famílias agricultoras pequenas, migrantes e filhos dos migrantes, posseiros.	Colonos de 2ª geração nascidos em SC	Colonos de 2ª geração nascidos em SC
Estrutura Fundiária		Acampamentos de grupos nômades.	Latifúndios pastoris, absorvido da legislação portuguesa via Ordenações do Reino.	Não propriedade das terras. Seminômades.	Propriedades de 25 hectares comercializadas por empresas colonizadoras.	Propriedades de 25 hectares comercializados por empresas colonizadoras.	Propriedades de 0 a 5000 hectares.	Propriedades de 0 a 300 hectares (predomina 10-20ha).
Mão-de-obra		Comunitária.	Peões, agregados, escravos.	Familiar, caboclos e indígenas.	Caboclos e indígenas, agregados, familiar.	Familiar, empreiteiros, caboclos.	Familiar e contratada.	Familiar, contratos eventuais.
Atividades Produtivas	Colônia	Caça, coleta, pesca e agricultura.		Agricultura de subsistência, pesca, coleta, extrativismo.	Policultivo colonial (milho como base), criação de suínos (para a banha), extração de erva-mate e madeira - 1.270 serrarias registradas.	Policultivo colonial, extração e venda de madeira de lei (em particular araucárias), criação de porcos para banha e venda.	Policultivo colonial, culturas cíclicas, integração suínos, aves, leite, fruticultura, silvicultura (pinus e eucaliptos), bovinos e ovinos de corte.	Sistema diversificado, cultivos para silagem, integração suinocultura, avicultura, leite extensivo, semi-extensivo, bovino e ovinos de corte, atividades não-agrícolas (turismo, indústrias outras).
	Campo (planalto oeste)		Criação de gado extensivo, exploração de madeiras de lei.	Latifúndios, na forma de domínio feudal e de pequena produção posseira cabocla.				
Técnicas e ferramentas		Arco, flecha, utensílios de pedra e cerâmica, prática da "coivara", pousio ou roça-de-toco.	Agricultura de queimada, equipamentos manuais, tração leve.	Agricultura de queimada, ferramentas manuais, pousio, roça-de-toco ou coivara, "roça cabocla".	Agricultura de queimada, ferramentas manuais e uso de animais, pequenas máquinas e tratores, motosserra, serrarias, sementes melhoradas, fertilizantes.	Agricultura de queimada, tração animal, ferramentas manuais, pequenas máquinas, motosserra, fertilizantes, sementes melhoradas, introdução novos cultivos.	Máquinas e ferramentas manuais, estruturas para agroindústrias, instalação de aviários, energia solar.	Máquinas, equipamentos leves e pesados, ferramentas manuais, estruturas para agroindústrias, instalação de aviários, energia solar.
Fatores de Transição		Avanço da colonização do litoral para o interior do Estado, sesmarias (gado) no planalto de ambas Microrregiões.	Dinâmica sócio- espacial capitalista na região	Guerra do Contestado (1912-1916), derrubada da floresta, chegada dos colonizadores.	Transformar o oeste catarinense em um "celeiro"; instalação de cooperativas; ferrovia São-Paulo-Rio Grande; expropriação de indígenas e caboclos; proibição corte araucárias. criação do INCRA (1970).	Estabelecimento do Sistema integrado de produção – suínos, aves, leite; Proibição corte araucárias.	Sistema integrado de produção – suínos, aves, leite; adaptação dos agricultores às novas alternativas de renda- turismo rural; agricultura mercantil.	
Fatores culturais em relação à natureza e tecnologias		Natureza como locus de vida.	Áreas a ser desbravadas e de livre ocupação.	Produção para subsistência, manejo de queimadas e coivara para recuperação da natureza.	Explorar ao máximo para produzir riqueza; Reprodução da cultura de avós e pais.	Construir o futuro nas novas terras; cooperativismo.	Tecnologias agrícolas e integração com a indústria.	Frigorífico de aves em Quilombo (1997) - impacto na dinâmica produtiva e econômica deste grupo de municípios.

Fonte: Elaboração própria (2024)

Quadro 2: Evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários na Mesorregião Oeste catarinense, Microrregião de Chapecó e Xanxerê, e municípios de Quilombo, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, União do Oeste, Coronel Freitas, Marema, Entre Rios e São Domingos.

Se por um lado os indígenas e caboclos foram excluídos como beneficiários da colonização, que esteve baseada num discurso civilizatório do Estado¹³, estes tornaram-se mão de obra para a demarcação dos lotes vendidos pela empresa colonizadora e abertura das picadas que se tornaram posteriormente as estradas do município (Radin e Silva, 2018,). As atividades produtivas deste sistema caracterizavam-se pela diversidade, e podem ser revisadas em detalhe no quadro 2.

O **sistema agrário contemporâneo** (a partir de 1980) no oeste catarinense incluídos os municípios que compõem a Microrregião de Chapecó e de Xanxerê contam com colonos de segunda geração já nascidos no Estado. Particularmente nos municípios das microrregiões mencionadas a estrutura fundiária pode variar entre 0 e 300 hectares, com uma média de 25 a 50 hectares e no Oeste é possível encontrar propriedades de até 5000 hectares conforme registrado no Zoneamento Agroecológico (1999) de Santa Catarina. A mão-de-obra é prioritariamente familiar, com eventuais contratações, sendo este um fator limitante com as famílias rurais mencionando que “já não se encontra gente para contratar”. As atividades produtivas são o policultivo colonial, culturas cíclicas, integração com suínos, aves e leite, fruticultura, silvicultura (pinus e eucaliptos), bovinos e ovinos de corte. No grupo de municípios foco as técnicas e ferramentas incluem máquinas diversas, equipamentos leves e pesados, ferramentas manuais, estruturas para agroindústrias, instalação de aviários, energia solar. A região sofreu nos últimos 30 anos um impulso à ampliação do sistema integrado com as agroindústrias, impactando na dinâmica de produção e socioeconômica dos municípios que circundam o município de Quilombo, onde está instalado, desde 1997, um frigorífico para abate de aves.



Foto 3: Propriedade em Formosa do Sul: 3 aviários, placas solares, eucalipto e lavoura. (Fonte: foto tirada pelos autores, 2024).



Foto 4: Fábrica de detergente ácidos para limpeza ordenhadeiras, e adubo foliar, instalada no município de Jardinópolis-SC. (Fonte: foto tirada pelos autores, 2024).

¹³ A venda de lotes de terras aos migrantes do RS por empresas colonizadoras contratadas pelo Estado se deu em meio a boatos com foco em menosprezar aquelas populações originárias (indígenas, caboclos) na tentativa de torná-los menos humanos, sendo assim mais passíveis a desapropriações e violências, tendo como pano de fundo uma floresta, naquela década de 1970, cheia de possibilidades e riquezas. (Andreoli & Brandt, 2022).

Características dos municípios selecionados na Microrregião de Chapecó e de Xanxerê.

Para os municípios de Quilombo, Santiago do Sul, Formosa do Sul, Irati, Jardinópolis, União do Oeste, Coronel Freitas, Marema, Entre Rios e São Domingos, foi realizado um recorte temporal entre o ano 1906 (primeiro registro de colonizador em São Domingos) até 1980, quando foi desenhando-se na região uma identidade de polo agroindustrial, mantendo suas características de agricultura familiar, porém com o estabelecimento do sistema integrado de produção à agroindústria de suínos, aves e leite, com forte presença de cooperativas.

Como pode ser observado na figura 8, foi no início do século XX que a região, em particular os municípios selecionados, receberam colonizadores descendentes de italianos, alemães e poloneses, provenientes do Rio Grande do Sul, que foram adentrando no território ocupado originalmente por indígenas Tupis Guaranis e Kaingangs (registrados na história dos municípios de Entre Rios, Irati e Quilombo) e de escravos alforriados e fugitivos (no município de Santiago do Sul). A autora Alves (2000) indica que provavelmente os indígenas circulavam em toda esta região, onde hoje estão delimitados geograficamente estes municípios.

O Sistema agrário colonial destes municípios caracterizava-se por famílias agricultoras pequenas, migrantes e filhos dos migrantes, posseiros, em propriedades de 25 hectares, com mão-de-obra familiar, empreiteiros (indígenas e caboclos). Praticavam o policultivo colonial, extração e venda de madeira de lei (em particular araucárias), criação de porcos para banha e venda (corroborado por entrevista realizada). As técnicas e ferramentas incluíam agricultura de queimada, tração animal, ferramentas manuais, pequenas máquinas, motosserra, e a partir da segunda metade do século XX mais fortemente os fertilizantes, sementes melhoradas, introdução de novos cultivos. O estabelecimento do sistema integrado de produção transformou-se num marco na região convivendo com os sistemas diversificados de produção e novas atividades agrícolas e não-agrícolas.



Figura 8: Linha do tempo vs ano chegada dos colonizadores e origem, e primeiros ocupantes dos municípios selecionados na Microrregião de Chapecó e Xanxerê (Mesorregião oeste catarinense). Fonte: Elaboração própria (2024).

Curiosamente, foram encontrados relatos, de que 20 famílias foram trabalhar com a empresa colonizadora (nas proximidades do Rio Mandassaia), próximo onde, atualmente, localiza-se a sede municipal de Quilombo. Os colonos chegavam e era como uma irmandade. "Todos alojados num galpão coberto de tábuas, onde hoje fica o centro da cidade de Quilombo" (Pertile, 2021, p. 53).



Foto 5: Casa dos primeiros moradores que instalaram-se onde hoje é a sede municipal de Quilombo-SC. (Fonte: foto tirada pelos autores, 2024).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas sobre a mesorregião Oeste do Estado de Santa Catarina permitiram configurar os possíveis sistemas agrários que se estabeleceram ao longo da história sob a influência da população humana originária e aqueles que foram chegando no território, confluindo interesses de sobrevivência e reprodução de meios de vida daqueles e exploração dos recursos naturais, estabelecimento social e crescimento econômico dos forâneos. Foram projetados e caracterizados cinco sistemas agrários, que iniciaram com a população indígena circulante na região, aqueles que povoaram campos do planalto oeste (sesmeiros), os que permaneceram depois de processos de exclusão (caboclos), assim como aqueles que chegaram com o incentivo da colonização oficial do Estado, culminando aos dias atuais. Foi dado particular atenção para um grupo de 10 municípios pertencentes à Microrregião de Chapecó e de Xanxerê, que tiveram os primeiros registros de chegada da população proveniente do Rio Grande do Sul, entre 1906 e 1953. Estes tiveram sua história contada a partir da instalação do sistema agrário colonial e atualmente este sistema permanece sob a influência de uma contemporaneidade rural que diversifica as atividades agrícolas e implementa outras não-agrícolas, enfrentando desafios de ordem ambiental, social e econômica.

Das primeiras etnias ocupantes à população que hoje vive nestes municípios o embate entre consumir, preservar e criar meios de vida sustentáveis está presente, ainda que em momentos históricos distintos, e em sistemas agrários que evoluíram e/ou diversificaram-se. Atualmente a paisagem está mudada. Ocorreram alterações no espaço rural e urbano, em particular nas últimas cinco décadas. A busca de maior rentabilidade no campo levou à adoção de inovações tecnológicas e aumento da produtividade nas unidades produtivas, ademais de novas atividades agrícolas, algumas em integração com a indústria, como a criação de aves, suínos e produção de leite. A paisagem de morros com mata foi alterando-se ao longo dos anos passando a ser utilizada para agricultura, pastagem e florestas plantadas.

O levantamento de informações em fontes secundárias, observações da paisagem, entrevistas semiestruturadas e análise permitiram entrar em contato com uma realidade construída a partir da pujança de recursos naturais e expectativas das diferentes populações que manejaram-se em diferentes sistemas agrários no oeste catarinense. As informações levantadas a partir de entrevistas semiestruturadas poderão ser profundizadas e utilizadas em estudos futuros dada sua riqueza histórica a partir da voz e experiência dos que viveram nestes municípios estudados.

5. BIBLIOGRAFIA

Alves, R. M. (2000). *Se Mostram de Novo os Bugres”: Abordagens da Imprensa Catarinense sobre o Indígena (1900-1914)*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História. (Dissertação de mestrado). 130p.

Andrioli, M., Brandt, M. (2022). Colonizando a floresta: migrantes do Oeste catarinense e a abertura da Transamazônica (1972). *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, núm. 39, Enero-Junio, pp. 101-118. Universidade Federal da Fronteira Sul Brasil. doi: <https://doi.org/10.29327/253484.1.39-5>

Atlas Geográfico de SC (2016). *Diversidade da Natureza*. Fascículo 2, 2ª Edição. <https://www.seplan.sc.gov.br/politicas-publicas/atlas-geografico-de-sc/>

Atlas Geográfico de SC (2019). *População*. Fascículo 3, 2ª Edição. <https://www.seplan.sc.gov.br/politicas-publicas/atlas-geografico-de-sc/>

Begnini, S., Almeida, D. F. L. E. (2016). Grau de desenvolvimento regional dos municípios da mesorregião oeste catarinense: caracterização e classificação. *Revista INTERAÇÕES, Campo Grande, MS*, v. 17, n. 4, p. 547-560, out./dez. 2016. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4\(01\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(01))

Brandt, M., Campos, J. de N. (2014). *Costumes e usos da terra pela população cabocla do planalto de Santa Catarina*. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 193-208, mai./ago. 2014. ISSN 1984-2201©2002, Universidade Federal do Ceará. doi: 10.4215/RM2014.1302.0013

Brandt, M., Moretto, S. P. (2023) *Entre florestas e as fronteiras: as paisagens do oeste de Santa Catarina nas décadas de 1920 a 1960*. *Antíteses, Londrina*, v.16, n. 32, p.445-470, jul-dez. 2023} 445. doi: 10.5433/1984-3356.2023v16n32p445-470

Cochet, H. (2016). *Agricultura comparada*. Universidad Autónoma de Chapingo; Quae, 208 p., hal-01587805

Craice, C., Pezzo, T. (2015). *A dinâmica demográfica de Santa Catarina no período pós 1991*. *Revista NECAT -Ano 4, nº7 Jan-Jun de 2015*.

IBGE (2016). Governo de Santa Catarina, Disponível em <http://www.sc.gov.br/conhecasc/historia> (Acesso em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/historico>, 07/09/2024).

IBGE (2022). Governo de Santa Catarina, Disponível em <http://www.sc.gov.br/conhecasc/historia> (Acesso em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/historico>, 07/09/2024).

IBGE (2024). Governo de Santa Catarina, Disponível em <http://www.sc.gov.br/conhecasc/historia> (Acesso em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/historico>, 07/09/2024).

Lino, J. T.; Silva, E. R. da; *Arqueologia em Terras Indígenas do oeste de Santa Catarina: Desafios e perspectivas*. *Revista Tempos Acadêmicos, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica*, nº 11, 2013, Criciúma, Santa Catarina. ISSN 2178-0811 135

Miguel, L. (2009). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários / Lovois de Andrade Miguel; coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 152 p. : il.*

- Miguel, L. (org). (2018). *Dinâmica e Diferenciação de Sistemas Agrários*. Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias. 2ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2018. 210 p.
- Moreira, V. S., Medeiros, R. M. V. (2014). *As novas configurações do espaço agrário no Rio Grande do Sul / Brasil: da pecuária tradicional ao complexo agroindustrial da soja*. Pens Edition Jornals – Confins, 2014, número 20. <https://doi.org/10.4000/confins.8805>
- Moretto S. P. (2017). *Meio Ambiente e Sociedade: as transformações na paisagem do Oeste Catarinense, na segunda metade do século XX* Hist. R, Goiania, v. 22, n.1, p. 107-120, mai/ago 2017.
- NODARI, E. S. (2009). *Etnicidades Renegociadas: práticas socioculturais no Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- Radin, José Carlos; Silva, C. M. da. (2018). ‘Um vasto celeiro’: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 13, n. 3, p. 681-697, set.-dez. 2018. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000300011>.
- Ribeiro, C. (2014). *A paisagem e a ruralidade nos distritos de Vila Seca e Criúva: Caxias do Sul, RS, Brasil*. Dissertação Mestrado. PGDR/ UFRGS, 2014.
- Ribeiro, C. (2018). *Desejos serranos: a emancipação de uma paisagem nos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de doutoramento. PGDR/ UFRGS, 2018.
- Rocha, de O. I. (2016). *Atlas Geográfico de Santa Catarina. Estado e Território | Fascículo 1, Governo do Estado de Santa Catarina - Secretaria de Estado do Planejamento, Diretoria de Estatística e Cartografia, 2ª Edição*. ISBN 978-85-8302-077-6 DOI 105965/978858302077612016 Florianópolis, 2016.
- Rocha, de O. I. (2019). *Atlas geográfico de Santa Catarina: população – fascículo 3. 2. ed. / Santa Catarina. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável*. Diretoria de Desenvolvimento Urbano; Isa de Oliveira Rocha (Org.) – Florianópolis: Ed. UDESC, 176 p.: il.
- Rodrigues da Silva, B. L. (2017). *Terras Indígenas e Etnoarqueologia em Santa Catarina: Desafios Contemporâneos*. Acessado em <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/>, 13/09/2024
- Silva, F. C. A., Heiden, F. C., Aguiar, V. V. P., Paul, J. M. (2003). *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: InstitutoCepa/SC, 2003. 99 p. ISBN 85-88974-14-2 SC.
- Santos, C. R. (2004). *A dinâmica geográfica das migrações internas no oeste de Santa Catarina: uma análise do período pós-2000* / Rayneken Casanova Santos. --2019.91 f.:il.
- Souza, M. De, Bernardi, dos S. L., Santos, A. J. (2020). *Sobre “ser caboclo”: as vozes de caboclos do Oeste catarinense*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 77, p. 88-107, dez. 2020.
- Souza, A. J. F de; Lino, J. T.; Araújo, F.; Feyh, G. A. G. (2021). *Cacique Orides: um retrato da resistência indígena no Oeste de Santa Catarina*. Fronteiras - Revista Catarinense de História | <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/index> ISSN 2238-9717 | n. 37, p. 226-246, jul.-dez./2021 | DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2021n37.12063> 226

Tardetti, L. D., Tonezer, C., Badalotti, R. M. (2022). *Turismo e desenvolvimento rural no município de Quilombo-SC*. Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 19, Ed. Especial (SOBER).

Thomé, R. M. V., Zampiere, S., Braga, H. J., Pandolfo, C., Silva, J., Prudêncio, V. da, BACIC, I., Laus Neto, J., Soldateli, D., Gebler, D. J., Echeverria, L., Mattos, M., Suski, P. P. *Zoneamento Agroecológico e Socioeconômico de Santa Catarina*. Florianópolis: Epagri, 1999, v.1000. p.1000. CD-ROOM.

Vicenzi, R. (2006). *Colonizadora Bertaso e a (des)ocupação no Oeste Catarinense*. Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 25 – Narrativas

Welter, L. (2006). *O espaço geográfico do oeste catarinense e sua cartografia ambiental*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20062007-145400/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

Wives, D. G. (2013). *Fatores Influentes na Tomada de Decisão e Organização dos Sistemas de Produção da Base Ecológica da Banana no Litoral Norte do Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Wolff, J. N., Schmitz, M. N. (2018). *Transcrição Paleográfica: a presença indígena na província/Estado de Santa Catarina entre os anos de 1842 a 1907*. Fontes: Ofícios das Delegacias de Polícia para a Presidência da Província (1842/1889) Ofícios das Delegacias de Polícia para o Governo do Estado (1890/1892) Ofícios das Subdelegacias de Polícia para a Presidência da Província (1842/1889) Ofícios das Subdelegacias de Polícia para o Governo do Estado (1890/1891) Ofícios dos Comissariados e Subcomissariado de Polícia para o Governo do Estado (1892/1907) CAIXA 30 Florianópolis, janeiro de 2018.